

Relatório de actividades Junho - Julho de 2003

Índice

1. Oficina de apoio à cicatrização
2. Perfis das vítimas da comunidade
3. Audiências de vítimas nos sub-districtos
4. Audiência Pública sobre a fome e o deslocamento forçado da população
5. Reconciliação nas comunidades
6. Avaliação dos processos de reconciliação nas comunidades
7. Audiências de reconciliação nas comunidades
8. Recepção aos retornados
9. Procura da Verdade
10. Novos funcionários do escritório nacional
11. Visitas e visitantes
12. Finanças
13. CAVR no Pacífico Sul

Anexo: relatório completo da Audiência Pública sobre a fome e o deslocamento forçado da população

A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR) é uma instituição nacional e independente de estatuto próprio. A Comissão tem por mandato procurar a verdade, facilitar a reconciliação ao nível das comunidades, divulgar o seu trabalho e resultados e elaborar recomendações para acções futuras. Para qualquer informação adicional, visitar a página na Internet www.easttimor-reconciliation.org

Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor Leste (CAVR)

PO Box 144, Dili, Timor Leste

Telemóvel: 723 0699

Endereço electrónico: info@easttimor-reconciliation.org

Página na Internet: www.easttimor-reconciliation.org

Relatório de actividades

Junho – Julho de 2003

“A meia dúzia de países que tem comissões mais ou menos à imagem da comissão de Tutu (África do Sul) é, agora, detentor do relatório final desse grupo pioneiro. Estes devem confrontar a doutrina básica dessa comissão de que nenhuma nação pode atribuir amnistia cega a um regime emergente... Qualquer novo governo tem, segundo o direito internacional, a obrigação de promulgar medidas reparadoras em relação às vítimas do velho regime.”

Robert F Drinan SJ, Repórter Católico Nacional, 9 de Maio de 2003

Este relatório é sobre as principais actividades da CAVR no decorrer dos dois últimos meses, dando-se especial atenção a algum do trabalho desenvolvido pela Comissão em relação às vítimas de violações de direitos humanos. O compromisso da CAVR em ouvir, honrar e contribuir para o processo de cicatrização das vítimas é inerente ao nosso trabalho, inclusive nos nossos programas alargados de recolha de depoimentos, de reconciliação nas comunidades e de audiências públicas, dos quais estes relatórios de actividades normalmente tratam. Contudo, estão ainda por reportar, até este momento, outros programas da CAVR, conduzidos pela Divisão de Apoio às Vítimas, que procuram responder às necessidades especiais das vítimas. Estes incluem o início de uma série de oficinas de apoio à cicatrização, o programa da CAVR em que se delinea o perfil das vítimas numa comunidade e as audiências de vítimas, actividade esta que enceta o trabalho da CAVR em cada sub-distrito. Este relatório também inclui um resumo (ver Anexo) da nossa perturbadora audiência pública sobre a fome e o deslocamento forçado da população. A audiência referida centrou-se no período de grande fome, entre 1978 e 1980, que resultou, segundo os depoimentos recolhidos, da acção do exército indonésio, matando dezenas de milhares de civis timorenses.

1. Oficina de apoio à cicatrização

Entre os dias 23 e 27 de Junho de 2003, a CAVR organizou a sua primeira oficina de apoio à cicatrização para sobreviventes, oriundos de todos os distritos, de violações de direitos humanos graves. Esta oficina de três dias foi realizada em colaboração com grupos e organizações-chave da sociedade civil, a desenvolverem actividades na área do apoio a sobreviventes de violações de direitos humanos. O financiamento para este programa proveio da agência de cooperação

Presidente da CAVR recebe o Prémio Ramon Magsaysay

O Sr. Aniceto Guterres Lopes, Presidente da CAVR, foi laureado com o Prémio Ramon Magsaysay 2003 pela sua Liderança de sucesso. No Prémio, anunciado em Manila, a 30 de Julho, pode ler-se o seguinte: "Aniceto Guterres Lopes, de Timor Leste, Presidente da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação, pela sua Liderança de sucesso". O Sr. Guterres Lopes está a ser reconhecido pela sua luta corajosa em prol da justiça e do estado de direito durante a transição turbulenta de Timor Leste para a independência.

Como resposta ao anúncio, o Sr. Guterres Lopes disse: "Sinto-me muito honrado em receber este prémio. Sinto que não é só para mim, mas para todos os timorenses que se comprometeram a colocar os direitos humanos, a justiça e o estado de direito no centro da edificação da nossa nova nação. Gostaria especialmente de agradecer aos meus antigos colegas da organização pioneira de direitos humanos Yayasan Hak e aos meus compatriotas Comissários e colegas na CAVR".

Seis outros indivíduos da Índia, da China, do Japão e das Filipinas receberam também este Prémio por uma variedade de feitos. Estabelecido em 1957, o Prémio Ramon Magsaysay é o equivalente na Ásia ao Prémio Nobel. Este honra a memória e a liderança do terceiro Presidente das Filipinas e é atribuído anualmente a indivíduos e a organizações na Ásia, que demonstrem o mesmo sentido de serviço altruísta que pautou a vida daquele líder filipino.

O Sr. Guterres receberá o Prémio em Manila a 31 de Agosto. Mensagens de congratulações foram recebidas de muitas proveniências, inclusive do RESG na UNMISSET e de outras entidades oficiais de destaque. Na sua mensagem ao Presidente da CAVR, o Vice-presidente Residente do PNUD, Haoliang Xu, disse: "o prémio é um testemunho da sua liderança exemplar da CAVR e do trabalho de qualidade da Comissão". Depois de ter recebido o Prémio, o Sr. Guterres Lopes visitará um conjunto de capitais asiáticas, incluindo Jacarta, para falar sobre o trabalho da Comissão.

holandesa, de nome Hivos.

A oficina decorreu no escritório nacional da CAVR e durante os três dias transformou a antiga prisão num lugar de partilha de histórias, de canto, de dança, de pintura, de oração e de reflexão. Participaram quarenta sobreviventes, 20 homens e 20 mulheres, oriundos de 11 distritos. Os participantes de dois dos distritos não puderam participar à última da hora, devido às chuvas torrenciais que ocorreram em algumas partes do país. A ênfase foi colocada na criação de um ambiente seguro que permitisse partilhar histórias de vida, explorar experiências passadas e esperanças futuras, de um modo respeitoso e digno.

A ONG de direitos humanos de mulheres timorenses, Fokupers, facilitou o primeiro dia da oficina utilizando um processo criativo e dando apoio aos sobreviventes, enquanto os levava a reflectirem sobre as suas experiências de vida. Através de símbolos, os participantes reflectiram sobre as suas vidas antes de terem experimentado o sofrimento, durante o tempo em que sofreram violações de direitos humanos e no momento presente e, ainda, sobre como pensam dar continuidade a estas. Foram partilhadas histórias e esperanças entre lágrimas e um respeito silencioso e profundo. No decorrer do primeiro dia, desenvolveu-se um sentimento extraordinário de apoio mútuo entre os membros do grupo, que se manteve durante os dois dias restantes.

No segundo dia, o grupo artístico timorense, Arte Moris, dirigiu uma oficina de pintura para os participantes, organizados em diferentes grupos. Enquanto alguns desses grupos pintaram, outros fizeram música e teatro numa outra oficina organizada por um elemento da CAVR, Kieran Dwyer, e o músico timorense, Gil Madeira. Estas actividades foram desenvolvidas após o primeiro dia de trabalhos, permitindo aos participantes exprimirem as suas dores e esperanças para o futuro através de formas criativas alternativas. O fotógrafo Rose Magno documentou os trabalhos, dando fotografias aos participantes. Nesse dia, as lágrimas misturaram-se com muitas gargalhadas e com a celebração da criatividade e da espiritualidade no outro.

O último dia permitiu que o grupo reflectisse sobre o tempo passado em conjunto, sobre as esperanças futuras e sobre como melhorar a vida de cada um. Este dia final coincidiu, ainda, com o dia internacional para o sobrevivente de actos de tortura. A Associação dos ex-presos políticos (ASSEPOL) organizou uma cerimónia na sede da CAVR, da qual também fizeram parte os participantes da oficina. O interlúdio contou com a música do grupo de Francisco Maulohi's, antes da Missa de encerramento ter lugar. Esta foi dada pelo vice-presidente da CAVR, P.e Jovito de Araújo, sendo que a organização da mesma contou com a ajuda das irmãs Canossianas de Balide.

Durante os três dias, foram oferecidos outros serviços aos participantes: o pessoal da CAVR pode indicar alguns dos participantes para receberem aconselhamento por parte da ONG Pradet; outros participantes receberam tratamento médico no hospital; a Fundação Alola providenciou assistência dando vestuário. A oficina concedeu, ainda, aos participantes, muitos vindos de aldeias isoladas em áreas rurais, uma oportunidade de visitarem Dili e de verem os melhoramentos realizados na capital do país. A CAVR agradece também o apoio da OIM, por esta organização ter disponibilizado um autocarro e um condutor para o transporte diário e, ainda, ter realizado, no segundo dia, a visita a Dili com os participantes.

Para além do seu compromisso de tentar ajudar as vítimas de violações de direitos humanos no seu processo de cicatrização, um objectivo maior destas oficinas foi o de assegurar que a CAVR ouvisse realmente as vozes dos sobreviventes e das

vítimas, de forma a ser capaz de as fazer transparecer nas recomendações para acções futuras, que farão parte do relatório final.

A avaliação pelos participantes deu a indicação de que esta experiência tinha valido a pena. Muitos disseram que se sentiram respeitados e queridos pela CAVR e pelo apoio das outras organizações. Muitos também referiram que tinha sido muito valioso para si ouvir o que outros tinham sofrido e aperceberem-se de que é possível apoiarem-se mutuamente. Os participantes expressaram vontade em se envolverem em actividades futuras da CAVR, uma vez que se tinham, realmente, sentido como parte integrante da organização. Disseram, ainda, que sentiram que podiam contribuir e ajudar outras pessoas. Estas avaliações são um grande desafio para a CAVR e para eventuais iniciativas futuras governamentais e não-governamentais. Durante os três dias, os participantes partilharam tanto a sua dor, como a sua beleza interior, o seu potencial para florescer e para participar na construção de um novo Timor Leste. O desafio é alcançar para além fronteiras, permitir e encorajar esta participação plena na vida e na sociedade de todos aqueles que ainda carregam a dor de violações de direitos humanos passadas.

As oficinas seguintes serão realizadas ao nível dos sub-distritos quando a CAVR aí terminar as suas actividades. A próxima oficina será realizada entre 11 e 13 de Agosto.

Participantes da Oficina

Ana Maria (Casa, Ainaro)	Rafael Freitas (Lisapat, Ermera)
Margarida Pereira (Casa, Ainaro)	Abrao Aleixo da Conceicao (Matata, Ermera)
Bendita da Silva (Maununo, Ainaro)	Alda Martins (Matata, Ermera)
Felismina Araujo (Tiliga, Ainaro)	Abilio de Araujo (Darulete, Ermera)
Gaspar Belo (Liurai, Aileu)	Dominggos Santana Cardoso (Lisadila, Liquica)
Joana Martins (Malere, Aileu)	Celestina Soares (Leopa Data, Liquica)
Juliana Martins (Remexio, Aileu)	Maria Martins (Pairara Puno, Lautem)
Alfaredo Coreira (Vemasse, Baucau)	Felixberta Madeira (Iliomar, Lautem)
Dominggos da Costa (Osoala, Baucau)	Casimero Justo dos Santos (Vero, Lautem)
Albertina Rica (Ranak, Suai)	Jacob dos Santos (Sabura Taz, Maliana)
Salvador Gusmao (Fohorua, Suai)	Bernardino Loe Leto (Uluatin Memo, Maliana)
Vitoria Cardoso (Lesuwen Oques, Suai)	Olandina Veronica (Dituaben, Maliana)
Jose Nuno Lopes (Nazare, Dili)	Vitor de Jesus (Hatur ralan, Manatuto)
Anacleto da Silva (Nakdodo, Dili)	Maria Jose (Uma Rentau, Manatuto)
Berta Pereira (20 de Maio, Dili)	Camelia da Costa (Trans Kolokau, Same)
Hilaria Olandina A Carvalho (B.º Pite, Dili)	Mateus Torejao (Caicasa, Same)
Joana de Jesus (Cristo Rei, Dili)	Mateus da Costa (Trans Weberek, Same)
Aquino Pereira (Kampung Alor, Dili)	Fatima Aban (Oe-Nuno, Oecussi).
Adriano Soares (Kaisahe, Ermera)	

De sobrevivente a vencedor: P.e Michael Lapsley fala à CAVR

O P.e Michael Lapsley, do *Institute for the Healing of Memory*, na África do Sul, visitou a CAVR em 23 de Junho. O P.e Lapsley visitou a sede da CAVR na ex-Comarca e deu uma apresentação durante a tarde para os Comissários e funcionários da Comissão. Ele falou da sua experiência e luta pessoal em ultrapassar o trauma de perder as próprias mãos e uma visão na explosão de uma carta com bomba, em 1993.

Ao fazer uma reflexão sobre o trabalho da CAVR, ele falou do desafio que enfrentam todos os sobreviventes de violações de direitos humanos para deixarem de ser sobreviventes, muito frequentemente presos à dor, e passarem a ser vencedores, ganhando de volta as suas vidas. Como ele o colocou, os sobreviventes são deixados com veneno nos seus corações devido às violações de direitos humanos que sofreram e precisam de ajuda para remover esse veneno. Se este permanecer, envenenará não só os sobreviventes, mas também os seus entes mais próximos, manifestando-se frequentemente na forma de doença, dor e violência. O P.e Lapsley disse que a CAVR apenas poderá ajudar a dar início

a um processo de cicatrização que é lento, devendo apoiar outras entidades a prosseguir com esse trabalho após ter finalizado as suas actividades.

O P.e Lapsley falou dos desafios que se colocam às sociedades com um passado de anos de violência política. Ele incitou, emocionadamente, todos os funcionários da CAVR a serem defensores determinados contra todas as formas de violência, a trabalharem activamente por uma sociedade inclusiva que diga que nunca está correcto agir violentamente contra alguém que seja diferente ou cujas ideias estejam em desacordo com o estipulado. Ele incitou, também, os funcionários da CAVR a tomarem conta de si próprios e a encontrarem formas construtivas de lidar com as dificuldades encontradas no trabalho diário da Comissão.

Ao discutir as dificuldades frequentemente encontradas por este tipo de comissões na elaboração de recomendações a serem implementadas por governos futuros, o P.e Lapsley terminou salientando a importância da CAVR começar, desde já, a trabalhar com detentores de interesse-chave governamentais e civis no desenvolvimento de recomendações de política, de forma a adiantar a tarefa de reparar as vidas dos sobreviventes de violações de direitos humanos depois da Comissão ter finalizado as suas actividades.

2. Perfis das vítimas da comunidade

Até à data, pouco foi ainda dito sobre o programa de delinear o perfil das vítimas de uma comunidade: uma importante e criativa inovação para promover a participação das pessoas nas actividades da CAVR, no âmbito da procura da verdade e do apoio à cicatrização, desenvolvidas em cada distrito de Timor Leste.

O programa é uma componente chave das actividades da CAVR de procura da verdade, reconciliação e apoio às vítimas. Gerido pela Unidade de Apoio às Vítimas, este programa é levado a cabo em todos os distritos de Timor Leste e tem por intuito delinear os perfis das vítimas de 5 vilas em cada sub-distrito (produzindo no total 325 perfis das vítimas da comunidade no final do processo). A 20 de Julho de 2003, já tinham sido realizados 145 perfis.

O processo tem início quando o funcionário da Unidade de Apoio às Vítimas a nível regional organiza um encontro com aproximadamente quinze membros de uma comunidade, incluindo o Chefe do Suco, representantes de grupos de mulheres e outros membros da comunidade. O funcionário da Unidade de Apoio às Vítimas dirige o grupo para uma discussão sobre o impacto do conflito político, ano a ano, naquela comunidade em particular. Estas cronologias fornecem informação detalhada sobre temas como o conflito partidário em 1975, o deslocamento forçado da população, a fome e outro tipo de impactos provenientes do conflito sobre a vida familiar e a educação. Adicionalmente, a comunidade desenha um mapa detalhado da sua vila e desenvolve uma lista de recomendações baseada nas necessidades da comunidade.

A vila de Sabuli, em Metinaro, por exemplo, descreveu o seu perfil nas palavras seguintes: “A comunidade fugiu para as montanhas em Agosto e Setembro de 1975. Construímos casas no Mt. Cotomorin. Nas montanhas, como não tínhamos medicamentos, a comunidade praticava a medicina tradicional. Aqueles que morreram foram enterrados na Aldeia Vilanova e os seus ossos não foram recuperados desde então... Em 1976, a escola primária abriu novamente, mas todos os professores eram voluntários. Em vez de um salário, estes recebiam 10 kg de arroz cada mês... Neste tempo, as mulheres da nossa comunidade eram forçadas a irem a festas para dançar todas as noites. As festas eram organizadas pelo Babinsa e a Polícia. Era esperado que todas as mulheres da vila participassem.”

Os perfis das vítimas da comunidade servem três propósitos importantes. Em primeiro lugar, o processo de construção do perfil da comunidade permite o envolvimento alargado da comunidade nas actividades da CAVR e dá às comunidades uma oportunidade de produzirem uma versão consensual da sua história local e de como as violações de direitos humanos afectaram as suas vidas. Em segundo lugar, o conteúdo dos perfis pode ser utilizado pela Unidade de Pesquisa, no âmbito da Divisão de Procura da Verdade, como um ponto de partida na investigação dos eventos em conexão com os dez temas de pesquisa seleccionados. Por último, os perfis das comunidade conferirão à Unidade de Apoio às Vítimas uma base para a elaboração de recomendações concernentes às necessidades específicas dessas comunidades.

3. Audiências de vítimas nos sub-distritos

Ao fim de 3 meses de actividades em cada sub-distrito, as equipas distritais da CAVR facilitam uma audiência na comunidade com o tema “Rona ami nia lian” (Ouçam as nossas vozes). Estes encontros servem para a CAVR informar a comunidade sobre o trabalho que desenvolveu e a participação que obteve e, ainda, para fazer honra a histórias de um conjunto de sobreviventes de violações de direitos humanos no sub-distrito.

As audiências contam normalmente com a participação de líderes da comunidade e administrativos distritais e de membros das comunidades do sub-distrito, que tinham dado o seu depoimento à CAVR e sido escolhidos para contar a sua história publicamente diante da comunidade. Muito frequentemente, membros da comunidade, a assistir à audiência, levantam-se para contar, espontaneamente, a sua experiência ou a da sua família ou ainda a da sua comunidade, num ambiente que tem por intenção homenagear tanto a experiência individual, como a da comunidade.

Até à data, as equipas distritais da CAVR realizaram audiências em 37 sub-distritos. Estas provaram ser um importante contributo para o programa da CAVR desenvolvido ao nível das comunidade, por inculcaram um certo sentido de responsabilização às comunidades antes das actividades da CAVR finalizarem e por reconhecerem publicamente as vítimas, os sobreviventes e as comunidades.

4. Audiência Pública sobre a fome e o deslocamento forçado da população

A CAVR realizou uma audiência pública sobre a fome e o deslocamento forçado da população, no seu escritório nacional, em Dili, nos dias 28 e 29 de Julho. A audiência centrou-se nos últimos anos da década de 70 e nos primeiros da de 80. Onze sobreviventes desse conjunto de anos, de grande parte dos distritos do país, relataram a experiência que tiveram nesse tempo de desespero, apenas comparável, na história de Timor Leste, com a fome que ocorreu durante a ocupação japonesa, no período da II Guerra Mundial. Duas testemunhas-perito deram, também, o seu depoimento: Gilman dos Santos, que na altura trabalhava com o *Catholic Relief Services (CRS)* dos EUA e Pat Walsh, antigo Director da Secção de Direitos Humanos do *Australian Council for Overseas Aid (ACFOA)*.

Uma imagem incrivelmente clara e consistente emergiu dos testemunhos dados e do tempo de perguntas e respostas seguinte, moderado pelos Comissários Nacionais da CAVR. Apesar do tempo em que ocorreram estes acontecimentos ter sido diferente em cada parte do país, o primeiro período após a invasão pode, aparentemente, ser dividido em três momentos distintos: a fuga da população civil para as montanhas depois da invasão e organização das comunidades de modo a sobreviverem nas montanhas; as campanhas do exército indonésio que forçaram,

gradualmente, a população civil a descer das montanhas; o aprisionamento da população civil em campos depois de terem regressado das montanhas.

Como a leitura do anexo, no final deste relatório, evidenciará, a audiência foi tão profundamente tocante, como perturbadora. As questões levantadas ou resultantes da audiência incluem as seguintes:

- Porque foi a ajuda exterior impedida ou, de modo significativo, retardada quando as necessidades humanitárias eram enormes?
- Até que ponto o deslocamento e a fome foram resultado de factores militares? O exército indonésio decidiu, de modo deliberado, fazer a população, que se encontrava sob a égide da resistência, passar fome para impulsionar a sua rendição?
- As políticas de crise da resistência contribuíram de alguma forma para esta tragédia?
- Porque não houve uma contestação a nível internacional? Houve secções da comunidade internacional que contribuíram de alguma forma para este desastre através de apoio político ou militar à Indonésia?
- Quantos morreram?
- O direito internacional e códigos de ética foram cumpridos? Que lições foram retiradas, ou podem ser retiradas, desta tragédia?

A audiência foi transmitida ao vivo na rádio e na televisão nacionais e reportada por dois jornais de destaque indonésios - o Suara Pembaruan e o Tempo. A audiência é apenas uma parte da investigação conduzida pela CAVR sobre esta matéria. A pesquisa sobre estes eventos, as suas causas e consequência continuará. Para ajudar na pesquisa, a CAVR está a pedir a Governos (em particular, ao da Austrália, do Canadá, da Índia, do Japão, da Nova Zelândia, da Coreia do Sul e dos EUA) e a organizações não-governamentais (em especial, ao CRS, à Cruz Vermelha Internacional e à ICRC) que disponibilizem relatórios seus à CAVR.

5. Reconciliação nas comunidades

No início deste período de dois meses, o número de depoimentos de deponentes/agressores em busca de reconciliação era de 650. No final do mesmo período, após terem sido finalizados os trabalhos no terceiro sub-distrito de cada distrito e se ter avançado para o quarto, o número de depoimentos tinha aumentado para 860, ou seja, um total de 210 depoimentos tinha sido recolhido pelos funcionários a trabalhar no âmbito do Processo de Reconciliação nas Comunidades (PRC) em todo o país. Durante estes dois meses, 201 casos foram julgados numa audiência PRC.

A CAVR está a planear formação nos distritos para melhorar o processo de registo dos resultados dos PRC nos tribunais distritais, de acordo com o previsto no Regulamentos 2001/10.

Os altos níveis de participação das comunidades nos PRC resultaram, porém, num atrasado das audiências correspondentes. Para resolver este atraso, com o apoio de uma subsídio do PNUD de Nova Iorque, a Divisão do PRC recrutou 15 novos funcionários timorenses para a equipa (1 por distrito, mais 3 no escritório nacional).

Os novos funcionários têm como responsabilidades tratar os casos que ficaram por ouvir nos sub-distritos já percorridos pela CAVR e trabalhar nos sub-distritos por percorrer. Nesses é esperado que organizem audiências demonstrativas do processo, exemplificando à primeira equipa que chegar à nova área como funciona e se organiza o PRC. Estes funcionários extra também têm por tarefa fazer visitas de

acompanhamento para verificar se os actos de reconciliação anteriormente definidos nas audiências de reconciliação foram levados a cabo, conduzir entrevistas de monitorização, de forma a recolherem informação mais completa sobre antigos participantes dos PRC, para inclusão no relatório final da Comissão. Estes recursos extra vão permitir assim que a CAVR analise todos os casos que lhe foram submetidos antes de terminar os seus trabalhos em Março de 2004.

No seguimento de uma reunião entre a equipa do PRC e os Comissários Nacionais, foi recomendado por estes últimos que seja dada prioridade aos retornados mais recentes de Timor Ocidental. Da discussão de ideias entre os funcionários PRC e os de Apoio às Vítimas resultou uma troca de informação eficaz e a submissão pelo funcionário a lidar com os refugiados, da Divisão de Apoio às Vítimas, de um relatório sobre as pessoas que tinham recentemente chegado e confessado o seu envolvimento em acontecimentos relacionados com o anterior conflito político. Esta informação será, por sua vez, transmitida às equipas distritais para que se apercebam quem está a regressar aos distritos onde operam, dando-lhes, assim, uma oportunidade de participarem nas actividades da CAVR, caso o desejem.

A Divisão do PRC participou recentemente nas reuniões sobre o relatório final, sendo-lhe indicadas as matérias que se pretende que abordem na sua contribuição para a elaboração do mesmo.

6. Avaliação dos processos de reconciliação nas comunidades

A CAVR terminou o seu relatório sobre o PRC em Junho. O relatório contém os resultados de uma avaliação que teve por base entrevistas a 39 participantes, tanto deponentes, como vítimas, membros do painel e da comunidade e dos PRC. Os participantes foram seleccionados de todos os distritos.

Os que foram entrevistados disseram que achavam que o processo está a atingir os objectivos a que se propõe, ou seja, a facilitar a reconciliação das comunidades com aqueles membros que se tinham separado ou afastado devido a acontecimentos no âmbito do conflito político de Timor Leste. Os indicadores fundamentais são os seguintes:

- Nível de participação pela comunidade e pelos agressores;
- A validade atribuída ao depoimento dado;
- O valor cultural dado às próprias audiências de reconciliação.

Foram, também, indicados os potenciais obstáculos à eficácia deste processo, a saber:

- A falta de participação da comunidade no processo;
- A ausência nas audiências de outros elementos, de quem se tem conhecimento que também participaram nos actos a serem ouvidos;
- A natureza limitada do tempo passado em cada sub-distrito pelas equipas distritais.

O relatório apresenta uma série de recomendações baseadas nas conclusões. Resumidamente:

- Alargar o apoio e o acompanhamento às equipas distritais, de modo a melhor preparar os participantes nas audiências e a aumentar o conhecimento sobre o processo nas comunidades;
- Uma revisão das circunstâncias específicas de cada distrito, no que concerne o tempo operacional restante quando comparado com o número de sub-distritos e outros factores, tais como a dimensão e o número da população;

- Mais eficaz partilha de informação entre a Divisão de Apoio às Vítimas e o funcionário a lidar com os refugiados, para que se identifiquem os retornados recentes e a sua localização, por poderem precisar da ajuda da equipa PRC;
- Clarificação, ao nível nacional e local, sobre o papel do PRC na sua ligação ao sistema judicial;
- A continuidade dos esforços de acompanhamento, tanto internamente, para melhor informar a Direcção, como através de avaliações externas subsequentes, para que forneçam uma visão mais imparcial sobre os fracassos e sucessos do processo.

7. Processos de reconciliação nas comunidades: Junho-Julho

- *9 de Junho*: Ermera - Matata: 12 Deponentes, Vítimas & comunidade.
Razão da Audiência: Membro da milícias, incêndio de casa, roubo de animais, agressão, intimidação.
Acto de Reconciliação da Comunidade: Construir um novo mastro para a bandeira para o Dia da Independência, pedir perdão, prometer não repetir.
- *13 de Junho*: Ermera - Matata: 14 Deponentes, 7 Vítimas & comunidade.
Razão da Audiência: Membro da milícias, incêndio de casa, roubo de animais, agressão, intimidação.
Acto de Reconciliação da Comunidade: Construir um novo mastro para a bandeira para o Dia da Independência, limpar a terra em volta do escritório da vila, pedir perdão, prometer não repetir.
- *17 de Junho*: Ermera - Tokoluli: 3 Deponentes, Comunidade
Razão da Audiência: Membro da milícia, incêndio de casa.
Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.
- *20 de Junho*: Ermera - Fatukero: 10 Deponentes, 9 Vítimas & comunidade.
Razão da Audiência: Membro da milícia, envolvimento na administração indonésia, agressão, intimidação, membro de um partido da juventude indonésio.
Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.
N.B. 1 dos Deponentes não foi capaz de reconciliar com uma das vítimas, outras provas de natureza de crime grave (agressão) – o depoimento foi devolvido ao OPG.
- *21- 22 de Junho*: Dili – Suleur: 18 Deponentes, comunidade (2 vítimas directas foram identificadas durante a audiência).
Razão da Audiência: Membro da milícia, ameaças, intimidação sobre membros da comunidade.
Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir. Os Deponentes deram a sua palavra de que estariam ao serviço dos líderes locais durante três meses para cumprir qualquer tipo de trabalho comunitário. Os Deponentes deram dinheiro, uma cabra e vinho para as cerimónias prosseguirem.
- *23 de Junho*: Bobonaro - Atudara: 6 Deponentes, 8 Vítimas & comunidade.
Razão da Audiência: Incêndio de casa, ameaça & intimidação, agressão.
Acto de Reconciliação da Comunidade: Serviço comunitário de reparar a casa do Padre um dia por semana, durante três meses. Pedir perdão, prometer não repetir.
- *24 de Junho*: Manufahi - Betano: 18 Deponents, 13 Vítimas & comunidade.
Razão da Audiência: Ataques da Fretilin a apoiantes da UDT em 1975, incêndio de casa, roubo, agressão e difamação (1999)
Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.
N.B. 1 dos Deponentes não pode participar devido à morte recente da mulher.
- *27 de Junho*: Manatuto - Laleia: 2 Deponentes, Vítimas & comunidade.
Razão da Audiência: Membro da milícia.
Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.
- *30 de Junho*: Bobonaro – Odomau: 3 Deponentes, Vítimas & comunidade.
Razão da Audiência: Membro da milícia, elaboração de cerimónias para a milícia, envolvimento no serviço de política indonésio, incêndio de casa e destruição de propriedade.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Serviço comunitário de limpar a Igreja um dia por semana durante três meses, pagamento de um porco para sacrifício. Pedir perdão, prometer não repetir.

- *3 de Julho*: Baucau - Venilale: 5 Deponentes, Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Membro da milícia e difamação.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.

N.B. 1 dos Deponentes faltou à audiência.

- *5 de Julho*: Oecussi – Bana Ufe: 2 Deponentes, 2 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Incêndio de casa.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Pagamento simbólico de arroz, sal, dois porcos e vinho de palma para uma refeição comunitária. Pedir perdão, prometer não repetir.

- *7 de Julho*: Ainaro – Kota: 10 Deponentes, 3 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Incêndio de casa, agressão e roubo.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.

- *9 de Julho*: Viqueque - Ossu: 5 Deponentes, Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Membro da milícia.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.

- *10 de Julho*: Aileu - Remixio: 1 Deponente, 15 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Agressão, incêndio de casa, intimidação à comunidade.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Incapaz de se reconciliar – o depoimento foi devolvido ao OPG. O funcionário CRP regressará para explorar a possibilidade uma segunda audiência.

- *11 de Julho*: Oecussi – Hau Ufe: 12 Deponentes, 9 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Membro da milícia, incêndio de casa, agressão e roubo.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Pagamento simbólico de vinho de palma para um refeição comunitária. Pedir perdão, prometer não repetir.

- *15 de Julho*: Manufahi – Welaluhu: 6 Deponentes, 6 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Abuso de autoridade – Chefe do sub-distrito e Chefe da Vila (desde 1985), intimidação e actividades das milícias (1999).

Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.

- *16 de Julho*: Los Palos – Mahenu II: 3 Deponentes, 2 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Membro da milícia.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.

- *17 de Julho*: Suai – Zumulai: 10 Deponentes: 5 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Roubo, incêndio de casa e agressão.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.

- *18 de Julho*: Bobonaro - Purugua: 4 Deponentes, 1 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Suspeita de colaboração com o exército indonésio, membro da milícia.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Tarefas gerais de limpeza um dia por semana por três meses. Pedir perdão, prometer não repetir.

- *21 de Julho*: Bobonaro - Asalao: 18 Deponentes, 13 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Incêndio de casa, roubo de animais e propriedade e agressão.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Tarefas gerais de limpeza um dia por semana & reparar a cada do Padre por três meses. Pedir perdão, prometer não repetir.

- *22 de Julho*: Manufahi - Babulu: 20 Deponentes, 16 Vítimas & comunidade.

Razão da Audiência: Destruição de propriedade, agressão e membro da milícia.

Acto de Reconciliação da Comunidade: Pedir perdão, prometer não repetir.

N.B. 3 dos Deponentes não conseguiram reconciliar-se com a vítima, por envolvimento num crime sério (agressão) – os depoimentos foram desenvolvidos ao OPG.

8. Recepção aos retornados

Como relatado em Relatórios de actividades anteriores, o funcionário da CAVR a dar apoio aos refugiados, no âmbito da Divisão de Apoio às Vítimas, continua a encontrar-se com retornados no centro de recepção em Batugade, com o intuito de os receber e de lhes explicar como poderá a CAVR ajudá-los em reintegrarem-se socialmente. A CAVR também acompanha o seu regresso às comunidades. No final de Julho de 2003, um total de 252 timorenses tinha regressado de Timor Ocidental desde o início do ano. O ACNUR espera que este padrão de regressos se mantenha no curto-prazo. Porém, por os regressos serem poucos e lentos, estão a renovar-se os esforços para os encorajar, incluindo a proposta, pelo Gabinete do Presidente, de se elaborarem 4 reuniões na fronteira, a organizar em Agosto.

9. Procura da Verdade

Estes dois meses corresponderam a um período de revisão do processo de procura da verdade da CAVR, com o intuito de melhor examinar a informação que se está a recolher.

No final de Julho, a CAVR tinha recolhido 4609 depoimentos de vítimas e testemunhas em todo o país. O Director da Unidade de Recolha de Depoimentos Sancho Gonçalves e a sua assessora Susanna Barnes estão a prestar particular atenção à qualidade desses depoimentos. 2115 desses depoimentos já foram lidos e codificados, utilizando para o efeito um vocabulário próprio de 39 códigos, desenvolvido em ligação com o departamento legal da CAVR. Para que todos os depoimentos sejam analisados de modo similar (standard), os 6 revisores de depoimentos, sob a liderança de Álvaro da Silva (recém nomeado Director da Unidade de Processamento de Informação), participaram recentemente numa oficina sobre conceitos de direitos humanos, além de realizarem semanalmente um exercício de codificação para garantir consistência do seu trabalho. Os quatro processadores de informação já introduziram na base de dados da CAVR 1304 do total de depoimentos codificados. O perito em bases de dados, Ken Ward, regressou por um período de 6 semanas, entre Junho e Julho, para fazer algumas alterações no formato da base de dados e facilitar uma oficina sobre o uso eficaz dos seus diversos componentes, o controlo da qualidade da informação introduzida e o acesso à base de dados pela equipa de pesquisa. A base de dados será um dos instrumentos principais na análise da informação sobre as violações de direitos humanos, proveniente do processo de recolha de depoimentos, pela CAVR. Foram ainda recrutados, em Julho, 6 funcionários para o processamento da informação.

Em Julho, Diogo Neto Frago foi nomeado Director da Unidade de Pesquisa, da Divisão de Procura da Verdade. O Diogo tinha-se juntado à equipa da CAVR em Novembro de 2002 e trabalhado, previamente, no Escritório Nacional de Estatística. Um grande feito para a Divisão, durante o período sob apreciação, foi a realização da Audiência Pública sobre a fome e o deslocamento forçado da população, organizada nos dias 28 e 29 de Julho (ver Anexo). No final de Julho, foram, também, recrutados mais 5 funcionários para trabalhar nos temas de pesquisa definidos. O seu trabalho terá início no princípio de Setembro.

Em Julho, o Coordenador da Divisão de Procura da Verdade, Hugo Fernandes, participou numa oficina no Perú intitulada “Gestão de Comissões de Verdade” (ver relatório em baixo). Também em Julho, o Dr. Aki Matsuno, assessor do programa de pesquisa da CAVR, visitou Jacarta, onde entrevistou três personalidade indonésias de destaque sobre os acontecimentos em Timor Leste em 1975.

Em Julho, algum pessoal internacional colaborou com a CAVR por períodos de tempo curtos, sobretudo na Divisão de Procura da Verdade. Estes contributos chave

reflectem-se no desenvolvimento da Divisão, neste momento, aproximadamente, a metade do tempo de terminar o seu trabalho nos distritos. Com mais de 4500 depoimentos recolhidos e um leque variado de informação oriunda de outras fontes, a Divisão está agora a desenvolver estratégias que possibilitem a compreensão mais total da riqueza dessa informação.

Piers Pigou, antigo membro da Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul, foi financiado pela organização *International Centre for Transitional Justice (ICTJ)*, sediada em Nova Iorque, para ajudar na coordenação da Divisão, avaliando todos os aspectos relacionados com o progresso e a gestão dos trabalhos. O Piers tinha já colaborado com a Comissão, no início do ano, durante três meses. O estatístico Romesh Silva da *American Association for the Advancement of Science (AAAS)* passou quatro meses a analisar os resultados de um censo nacional sobre sepulturas, conduzido por 26 estudantes da UNTL, em Maio e Junho, e a ajudar os funcionários timorenses a implementar um programa piloto intitulado Estudo Retrospectivo de Mortalidade (ERM), cujo objectivo é analisar o número de pessoas mortas em Timor Leste. O ERM piloto foi conduzido em Remexio e em Metinaro. O Sr. Silva elogiou os diversos mecanismos de recolha e gravação da informação da Comissão e fez sugestões detalhadas sobre quais as melhores práticas na gestão da informação e controlo da qualidade, de forma a facilitar a análise necessária para o relatório final da Comissão. A CAVR está agora a ponderar levar a cabo um ERM total.

No final de Julho, o Professor Geoffrey Gunn completou dois meses e meio de voluntariado, em que esteve a pesquisar o papel desempenhado pelos actores internacionais no conflito. Em Julho, o Dr Gerry van Klinken regressou à Comissão, para ajudar na pesquisa de áreas fundamentais, na elaboração do ERM piloto e na análise do número de mortos em Timor Leste durante os anos do mandato. Em Junho, a voluntária australiana Charmaine Chew juntou-se à Divisão durante três meses, para se centrar na codificação dos depoimentos recolhidos por organizações internacionais de direitos humanos durante o período do mandato. A Helene van Klinken também regressou como voluntária por um período de três meses, para ajudar na pesquisa do tema “As crianças e o conflito”. A Dr. Karen Campbell-Nelson regressou também para ajudar na redacção do relatório sobre o tema “As mulheres e o conflito”. A CAVR deseja agradecer, em particular, àqueles que livre e generosamente concederam o seu tempo e conhecimento como voluntários.

Durante este período, a Divisão de Procura da Verdade continuou a pesquisar os eventos de 1975, a conduzir entrevistas e reuniões com testemunhas e representantes dos cinco partidos políticos históricos timorenses, para, assim, preparar a audiência pública sobre o conflito partidário. Esta importante audiência será agora realizada em Outubro.

Agradecimentos

A CAVR deseja exprimir os seus agradecimentos à Embaixada de Portugal em Dili pelas cópias do relatório de dois volumes sobre o processo de descolonização em Timor Leste, publicado pelo Conselho de Ministros, Lisboa, em 1981. Os volumes são os seguintes: Vol. 1 - *Relatório do Governo de Timor (13 Novembro 1974 – 7 Dezembro 1975)* and Vol. 2 - *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*.

A CAVR deseja também expressar os seus agradecimentos à Embaixada australiana em Dili pela contribuição de dois volumes de documentos relacionados com Timor Leste, publicados pelo Departamento de Negócios Estrangeiros. Os volumes são os seguintes: *East Timor in Transition 1998-2000: An Australian Policy Challenge* (2001) e *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor 1974-1976* (2000).

10. Novos funcionários do escritório nacional

No período entre Junho e Julho, a CAVR dá as boas vindas aos seguintes funcionários:

Florival dos Santos (Finanças)
Mario da Silva Pereira (Finanças)
Diva M Alves (Desenvolvimento Institucional e Formação)
Gil Barros (Procura da Verdade)
Joao Ende (Programa de Rádio)

No seguimento das recomendações feitas pela missão conjunta ICTJ-PNUD, das quais se falou no último relatório de actividades, foram recrutados, em Julho, 15 novos funcionários para assim colmatar os atrasos nos casos de reconciliação. A formação e a distribuição destes funcionários terá início em Agosto.

Felismena dos Santos	Domingas Amaral G
Dionisia Maria Fernandes	Cristina A Liu
Alexandrinha F dos Santos	Virginia Pereira
Martinha Ines Soy	Leonilda Barros F
Helena Soares	Rita Coreia
Brigida Napan	Lidya Carmo
Forenca Simoes	Ligia M Ferreira.
Serjinha Fernandes	

Apoio à CAVR

Num documento de base apresentado na reunião Timor Leste e os Parceiros de Desenvolvimento, em Junho de 2003, o Programa de Monitorização do Sistema Judicial (JSMP) fez o comentário seguinte: "a CAVR... tem contribuído de forma importante, durante os passados 12 meses, para o processo de trazer justiça a muitas centenas de pessoas nas comunidades de Timor Leste". O comentário conduzia: "O JSMP apoia o papel importante e valioso desempenhado pela CAVR neste âmbito e aplaude a decisão do Governo de adiar o mandato da CAVR até Outubro de 2004".

O Relatório diário da UNMISET relatava no dia 18 de Julho que o Congresso dos EUA "apoiava os esforços da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor Leste de consolidação da paz e reconciliação e encorajava o Presidente a prontamente dar o seu contributo através do fornecimento da informação requisitada a 24 de Janeiro de 2003, numa carta da Comissão".

(Nota: esta última é uma referência a um pedido do Presidente da CAVR, Aniceto Guterres Lopes, para a concessão de informação oficial relevante aos termos de referência da CAVR, de acordo o Acto de Liberdade de Informação, FOIA).

11. Visitas e visitantes

3-5 de Junho: a Comissária Isabel Guterres representou a CAVR numa conferência regional nas Fiji sobre a protecção de civis durante conflitos armados.

3 de Junho: visita pela jornalista português, Adelino Gomes (Público), que também deu o seu depoimento sobre os eventos em Timor Leste em 1975.

3 de Junho: representantes da Comissão Europeia visitaram a CAVR para discutir as posições da CAVR na lista do programa dos 200 postos administrada pelo PNUD.

4-5 de Junho: o Presidente da CAVR, Aniceto Guterres Lopes, participou na conferência de doadores realizada no Hotel Timor.

6 de Junho: sessão de informação na CAVR para Matt McCandless, State Department, EUA.

8 de Junho: sessão de informação para Andrew Grene, UNMISET Desk Officer, Nova Iorque.

9 de Junho: sessão de informação e visita pela Comarca para o *Intrepid tour group*.

9 de Junho: representantes da CAVR participaram na recepção de aniversário da Rainha na Missão Britânica.

12 de Junho: reunião com Cynthia Burton, AusAID.

16 de Junho: assinatura de um contrato para donativo à CAVR com representantes da Embaixada japonesa.

18 de Junho: visita do Director da Congregação do Bom Samaritano, Sr Sonia Ward.

23 de Junho: conversa com os funcionários pela P.e Michael Lapsley, SMM, Director, do *Institute for the Healing of Memories*, África do Sul.

24 de Junho: sessão de informação da CAVR para o Presidente Xanana Gusmão.

25 de Junho: visita de David Whittlesey e Beth Williams, WSP Genebra.

26 Junho: colocação de árvores pela CAVR para assinalar o dia internacional contra a tortura.

30 de Junho: sessão de informação para Phillip Winn, Office of National Assessments, Canberra.

30 Junho – 5 Julho: A Comissária Isabel Guterres representou a CAVR numa conferência sobre resolução de conflitos na ex-Jugoslávia e Ruanda. Realizada em Bellagio, Itália, a conferência foi organizada pela Universidade de Berkeley. A CAVR foi convidada para relatar aos participantes o benefício de uma outra experiência e informá-los, em primeira mão, do trabalho único de reconciliação nas comunidades que está a ser desenvolvido pela CAVR. A Comissária Guterres visitou, também, a Comissão Pontífice Justiça e Paz em Roma para aí pesquisar documentação sobre Timor Leste.

2 de Julho: participação na despedida de Hideo Fukushima, Charge d'Affaires, Embaixada japonesa.

4 de Julho: sessão de informação ao Primeiro Ministro Mari Alkatiri.

7 de Julho: reunião com o Sr. João Carrascalão, Presidente da UDT.

9 de Julho: reunião com o Sr. Paulo Freitas, Presidente Trabalhista.

10 July: sessão de informação aos funcionários da Embaixada indonésia na CAVR.

11-15 de Julho: 3 representantes da CAVR participaram numa conferência no Peru.

14 de Julho: reunião com o Sr. Leão Amaral, Presidente do KOTA.

16 de Julho: reunião com o Sr. José Reis, Vice Secretário Geral da Fretilin.

21 de Julho: visita de representantes do Governo alemão.

28 de Julho: visita do Professor Ben Kiernan, Programa sobre Estudos em Genocídio, de Yale.

28 de Julho: visita do Professor Kjell Ake Nordquist, Uppsala, Suécia

12. Finanças

Em Junho, o Gabinete do Inspector Geral terminou a sua segunda auditoria às finanças da CAVR. A auditoria abarcou o período financeiro entre 1 de Maio e 31 de Dezembro de 2002. À excepção dos itens referentes às contas suspensas (que foram, desde então, resolvidos), o Inspector Geral concluiu que as declarações financeiras coincidiam com a situação financeira da Comissão no período em questão. Da auditoria também resultaram um conjunto de recomendações práticas acordadas pela CAVR.

A 16 de Junho, a CAVR assinou com o Governo japonês um contrato para concessão de um donativo no valor de \$470,000 USD. Este donativo é a segunda tranche do montante inicial de 1 milhão de USD pedido pela CAVR ao Primeiro Ministro japonês, aquando da visita a Tóquio por Xanana Gusmão, em Janeiro de 2002. O donativo é ligado a um conjunto específicos de projectos da CAVR. A primeira tranche foi utilizada em infra-estruturas, em particular na reabilitação da Comarca e de quatro escritórios regionais. Também em Junho, o Governo da Suécia, através da sua agência de cooperação, SIDA, e o PNUD concederam à CAVR um subsídio conjunto no valor de \$291,545 USD; a agência holandesa HIVOS fez um donativo de \$35,000 USD para a oficina de apoio à cicatrização e para outras actividades da Divisão de Apoio às Vítimas.

Durante o período em revisão, a CAVR teve um conjunto de boas reuniões com a *Australia-East Timor Capacity Building Facility* e a *AusAID*, em que se discutiu a continuação do actual acordo de apoio à Divisão Financeira da CAVR.

13. CAVR no Pacífico

A Comissária Nacional, Isabel Guterres, representou a CAVR numa conferência regional sobre a protecção de civis em tempo de conflito armado, realizada nas Fiji, entre 3 e 5 de Junho de 2003. A Comissária Guterres juntou-se a outros 65 participantes oriundos de organizações governamentais e da sociedade civil. Os países representados foram os seguintes: Austrália, Timor Leste, Fiji, Ilhas Salomão, Indonésia, Tonga, Vanuatu e a província indonésia da Papua Ocidental

A protecção dos civis é uma temática recente no Pacífico Sul, em que a ocorrência de conflitos armados é recente na experiência de novos estados, como a Papua Nova Guiné, as Ilhas Salomão e as Fiji. A Instituição, Fórum do Pacífico Sul, deu prioridade à manutenção da segurança regional, desde que os golpes de estado nas Ilhas Fiji e Salomão tiveram lugar em 2000, e definiu procedimentos que lhe permitem agir em caso de crise de segurança num dos seus estados membros.

Os assuntos foram discutidos tendo por base apresentações realizadas por peritos de departamentos da ONU e por representantes de instituições nacionais e regionais importantes. Foi dada ênfase ao papel do direito consuetudinário, dos chefes tradicionais e dos métodos tradicionais de manutenção da paz, de reparação e de reconciliação na protecção dos civis. Também foi dada relevância à importância da coordenação regional em relação ao controlo de armas pequenas e armamento militar.

Gestão de comissões de verdades

Entre 11 e 15 de Julho, o P.e Juvito de Araújo (Vice-presidente), o Lúcio dos Santos (Director) e o Hugo Fernandes (Coordenador da Divisão da Procura da Verdade) participaram numa oficina internacional sobre comissões de verdade, organizada em Lima, no Perú. A Oficina intitulada "Gestão de Comissões de Verdade" foi organizada pelo *International Centre for Transitional Justice (ICTJ)* e reuniu representantes de quatro comissões de verdade, actualmente em funções, para discutir questões práticas de gerir tais entidades. As comissões presentes foram as do Perú, da Serra Leoa, do Gana e de Timor Leste. Houve ainda observadores da comunidade negra de Greenboro, nos EUA, por estarem a planear estabelecer uma comissão.

A delegação da CAVR achou o encontro muito útil e estimulante. A oficina discutiu a relação entre a verdade, a justiça e a reconciliação e outros temas associados. Num nível prático, foi dado tempo considerável a temas tais como a relação entre os Comissários Nacionais e o executivo, avaliação e incentivo à participação e apoio da comunidade/sociedade civil, o relatório final e a negociação de recomendações com detentores de interesse chave, incluindo a comunidade. A CAVR discutirá as ideias e as recomendações provenientes deste encontro no Perú com os seus funcionários em Agosto.

O ICTJ pensa organizar um segundo encontro na Serra Leoa, provavelmente, em Novembro de 2003.

ANEXO

FOME E DESLOCAMENTO FORÇADO DA POPULAÇÃO

Audiência Pública nacional, 28-29 de Julho de 2003

Escritório Nacional da CAVR, ex-Comarca de Balide, Dili

‘... Eles fizeram os cercos assim: navios de guerra disparavam do mar, aviões de guerra atacavam do ar, a erva seca e alta era queimada e depois o exército marchava por terra... o fogo era tão grande que muitos não sobreviveram... Depois de sairmos, ainda vimos pessoas idosas que tinham sido deixadas para trás pelas suas famílias. Estavam sentadas. Os homens usavam roupas novas e tinham pendurado *belak* nos pescoços e *caibauk* e braceletes de ouro nos braços. As mulheres usavam brincos e colares de ouro e tinham lenços pretos nas cabeças, como se fossem à missa na Igreja. Nós apenas podíamos ver, mas não podíamos fazer nada, pois os soldados indonésio não paravam de nos perseguir...’

Maria José da Costa (Same, distrito de Manufahe, nas campanhas de cerco conduzidas pelo exército indonésio na vila de Dolok,, Manufahe, em 1978)

O testemunho público dos terríveis anos de deslocamento forçado e de fome em Timor Leste, no final dos anos 70 e princípios de 80, foi dado à Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor Leste (CAVR) nos dias 28 e 29 de Julho de 2003. Sobreviventes e duas testemunhas-perito deram o seu testemunho perante os Comissários Nacionais na capital, em Dili, descrevendo os terríveis eventos, em que se julga que dezenas de milhares de timorenses morreram. Difundidas ao vivo, por todo o país, através da televisão e da rádio, as histórias locais e regionais da tragédia nacional que trespassou o país desenhou a imagem dos acontecimentos passados num Timor, fechado na altura ao mundo, após a invasão pelo exército indonésio em 1975.

Os sobreviventes choraram à medida que deram o seu testemunho e se lembraram de famílias inteiras e entes mais queridos que não sobreviveram. O Sr. Manuel Cárceres da Costa, de Laclo, no distrito de Manatuto, falou de muitos quando disse:

“Eu quero dizer-vos a todos, especialmente àqueles que tiveram educação, ouçam o que aqueles que sofreram neste tempo, sobretudo as viúvas e os que continuam a enfrentar dificuldades nas suas vidas. Eu agradeço à CAVR por nos permitir falar desse tempo... É uma honra falar aqui, uma vez que houve tantos que sofreram e morreram e agora não podem aqui estar.”

Durante dois dias, a CAVR ouviu 11 sobreviventes desses anos, de quase todos os distritos do país, e mais dois trabalhadores humanitários: o Sr. Gilman dos Santos, que trabalhou na agência de cooperação dos EUA, *Catholic Relief Services*, quando esta veio para Timor Leste, em 1979; o Sr. Pat Walsh, que era Director da Secção de Direitos Humanos do *Australian Council for Overseas Aid (ACFOA)* e prestou o seu testemunho sobre a resposta internacional à crise.

Uma imagem incrivelmente clara e consistente emergiu dos testemunhos dados pelos sobreviventes. Apesar do período em que ocorreram os acontecimentos ter sido diferente em cada parte do país, os primeiros anos após a invasão podem ser divididos em três períodos: a fuga da população civil para as montanhas depois da invasão e a organização das comunidades, de modo a sobreviverem nas montanhas; as campanhas do exército indonésio que forçaram, gradualmente, a população civil a descer das montanhas; o aprisionamento da

população civil em campos depois de terem regressado das montanhas. Este relatório fará referência aos testemunhos dados à medida que abordar estas fases distintas.

Fuga para as montanhas

As testemunhas dos distritos falaram das notícias que tinham recebido sobre a invasão militar indonésia de Dili, em Dezembro, e de como demorou meses e, em alguns casos, mesmo mais de um ano para os militares chegarem às áreas rurais. A população nas vilas e nas aldeias fugia para as montanhas à medida que o exército se aproximava das diferentes localidades.

“No decorrer da invasão militar indonésia a Dili, em 7 de Dezembro de 1975, antes do Natal havia pessoas de Dili que tinham regressado a Laçlo. Estas diziam-nos que “os militares indonésios tinham entrado em Dili e morto muitas pessoas. Eles mataram muitas pessoas e utilizaram tanques para tirarem tudo o que a população possuía.” Nós ouvimos esta informação e pensamos “em vez de... ficar aqui e deixar que o inimigo nos destruía, é melhor... fugir para o mato.” Nós tínhamos esperança que a assistência do mundo exterior chegasse rapidamente...” - Manuel Cárceres da Costa, Laçlo, Manatuto.

Outros falaram de serem capazes de ficar nas suas vilas no interior até finais de 1976 ou 1977, altura em que os militares indonésios se aproximaram dessas áreas.

Os testemunhos falaram de modo consistente sobre o período inicial nas montanhas como sendo uma época em que as comunidades foram capazes de subsistirem sozinhas. A comida era trazida para as montanhas; comités de mulheres e jovens organizados eram treinados nas práticas de agricultura e em cuidados de saúde. De forma geral, isto parece ter durado para a maioria das comunidades até 1977. O Sr. Gilman dos Santos, antigo trabalhador do CRS, deu o seguinte testemunho:

“Entre 1975 e 1977, a situação alimentar no mato não era má. As pessoas podiam movimentar-se e cultivar de acordo com a época. Os militares indonésios apenas controlavam as terras nos distritos e sub-distritos, apesar de existirem confrontos nas montanhas”.

Mas à medida que os testemunhos repetiram as suas histórias sobre a escalada das campanhas militares indonésias, a vida nas montanhas foi tornando-se insuportável para a grande parte da população civil. A CAVR ouviu testemunhos sobre as campanhas horrendas de bombardeamentos sobre as montanhas centrais de Kablaki e sobre a cordilheira montanhosa a leste do Matebian, em 1978, e em outras áreas, tais como Laçlo. Ouviu sobre as campanhas de cerco, usando bombardeamentos aéreos e pelo mar e a queima de mato e de plantações, como forma de cercar as populações civis. Manuel Cárceres da Costa falou das terríveis perdas humanas desse tempo:

“Todos os dias os aviões voltavam para bombardear, todas as tardes quando precisávamos de cuidar das colheitas, os aviões regressavam. Milhares e milhares morreram, morreram de fome, morreram sem medicamentos, morreram das bombas que caíram sobre nós”

Um padrão emergiu das comunidades constantemente em fuga, ao serem primeiro pilhadas pelos militares indonésios. Com a morte dos animais, a destruição das colheitas, cujo cuidado não era possível, e o *stock* de alimentos a diminuir, as pessoas começaram a morrer.

A Sr.^a Merlindi da Conceição, do distrito de Liquiça, falou com dignidade:

‘... as operações dos militares indonésios controlaram as áreas onde estávamos... (nós) escapamos para o mato na zona à volta de Tehiu, vila de Hatuquesi... A 5 de Maio de 1976, a minha avó, Maria Correia dos Santos, morreu no mato... devido à falta de comida e à doença, pois não havia medicamentos... a vila de Hatuquesi enfrentava uma enorme invasão de militares... dois anos mais tarde... a minha mãe, Domingas da Conceição, morreu em Daruto, vila de Vatuvo, em Maubara, de fome. Ela estava doente, mas não havia medicamentos ... Um mês mais tarde, o meu irmão

mais novo, Rosalino da Conceição (com 12 anos de idade) também morreu de fome... nesse tempo, no mato, apenas comíamos as folhas do feijão...três meses após a morte do Rosalino, a 26 de Setembro de 1978, a minha irmã mais nova, Elisa Bete (com 2 anos de idade), também morre na zona de Malaebui, vila de Darubatlaio, em Maubara. Ela também morreu de fome ...”

Quase nunca havia tempo para um enterro próprio, pois as pessoas fugiam à frente dos militares:

‘...Entre aqueles que morreram, alguns havia que morriam sentados. Quando tentávamos levantá-los ou carregá-los, apercebíamos-nos que essas pessoas já estavam mortas. Outros havia que morriam a dormir. Não havia mais comida para as pessoas que tinham fugido se manterem vivas.” João Se reno (Suai, Covalima, em 1977)

Manuel Cárceres da Costa falou de ataques constantes por parte dos militares indonésios, inclusive da utilização de aviões fornecidos pelos EUA, os OV-10:

‘Em Maio de 1987, a situação tornou -se ainda mais difícil. O inimigo começou a atacar a partir da fronteira... e depois em Julho de 1978, os militares começaram a cercar-nos e a destruir-nos... muitos morreram... porque tinham as pernas feridas, não podiam andar mais, mesmo bebês acabados de nascer morreram de fome. Aqueles que morreriam, apenas os podíamos embrulhar em mantas e deixá-los assim mesmo. Nós não tínhamos tempo para os enterrar, pois o inimigo continuava a perseguir-nos. ...Andávamos durante a noite e, durante o dia, tínhamos de nos esconder porque os aviões de guerra OV-10 não paravam de nos perseguir, atirando ou deixando cair bombas sobre nós, sendo que muitos amigos, familiares e outros morreram... isto continuou sem cessar...’.

Descer das montanhas

Os testemunhos falaram de sobreviventes, doentes e esfomeados, a descer com esforço das montanhas para se renderem aos militares indonésios entre 1978 e 1979. Gilman dos Santos, nessa altura a distribuir ajuda de emergência com a Cruz Vermelha Indonésia (mais tarde com o CRS), testemunhou o seguinte:

‘Em 1978, a si tuação alimentar no mato tornou-se mais complicada, pois o exército indonésio controlava a maior parte do território, mesmo as vilas mais remotas. Este problema alimentar era confirmado pelo estado em que vinham aqueles que desciam das montanhas, estavam muito magros e doentes.’

Uma vez mais, é possível extrair padrões dos testemunhos: as pessoas desciam das montanhas em condições terríveis e quando se rendiam aos militares indonésios eram detidas em campos. Os sobreviventes chamavam-nos de “campos de concentração”. As histórias eram consistentes em relatar as péssimas condições desses campos, com insuficiência de água, de alimentos ou de apoio médico. As pessoas já perto do limiar da vida, devido à fome e às doenças, eram deixadas ao abandono. Como Gilman dos Santos o descreveu:

‘Os esforços dos indonésios para ajudarem nesta situação e trazerem apoio médico eram mínimos... o que estou a tentar dizer é que a maior parte das pessoas nos campos que estavam doentes, morreriam.’

O Sr. Francisco Soares Pinto deu o seu testemunho sobre as condições nos campos no distrito mais a leste, de Lautem:

‘A 28 de Novembro de 1978, os militares indonésios do Batalhão 328 entraram na zona de Iliomar. Dois dias depois, estes proibiram-nos de nos afastarmos dos campos de concentração em não mais de um quilómetro... esta ordem limitou imenso a mobilidade das pessoas e ... nós não podíamos mais sair em busca de comida... O resultado foi que as pessoas passaram por um período de fome muito sério.’

Para conseguirmos sobreviver, comíamos cocos secos ou verdes... mas, passado algum tempo, deixou de haver cocos... não havia mais comida e, então, um a um, as pessoas morreram nos campos de concentração devido à fome. Num dia, contava-se que entre 5 a 10 pessoas morriam...

De manhã à noite, podia-se ouvir as pessoas a chorar numa barraca e noutra. Nós também conseguíamos ouvir os ecos uns dos outros quando numa das barracas alguém morria e na barraca vizinha também. Numa sepultura, estavam enterrados entre 2 a 4 corpos.”

Edmundo da Cruz falou, também, das condições nos campos de Lautem, no Parlamento e em Com:

“Os militares indonésios juntaram -nos no sub-distrito do Parlamento, conjuntamente com as pessoas de Lautem. Nós ficamos no campo de concentração do Parlamento durante um ano. Durante essa estadia, sofremos muito, porque era proibido afastarmo-nos dos campos em mais de 100 metros. Como consequência, mais de 2000 pessoas no campo sofreram de fome. Num dia, 2 a 5 pessoas morriam esfomeadas, sobretudo crianças e idosos... os militares não nos davam nada para comer...”

Foi também demonstrada a estratégia militar indonésia de exílio e de aprisionamento na ilha de Atauro, na tentativa de separar a população dos guerrilheiros da resistência, ainda nas montanhas. Aparentemente, o aprisionamento em Atauro foi utilizado contra aqueles que ainda tinham familiares nas montanhas.

Rosalina da Costa foi a mais velha sobrevivente a prestar testemunho. Falou de como a sua família foi separada após a invasão e de como foi ficar para trás numa vila depois de todos terem fugido para o mato:

“O meu marido e quatro dos nossos filhos correram para o mato. Eu fiquei para trás com uma das nossas crianças. Durante três anos, não nos rendemos... um militar indonésio violou-me sexualmente e um colega seu violou a E., apesar de ela estar grávida na altura. Eles violaram-nos durante sete meses... o exército indonésio violava as mulheres, estivessem casadas ou não.

Em 1981, durante a Operação Kikis ou “Escudos humanos”, em Aitana, eu e os meus filhos fomos transferidos para Atauro... estivemos presos em Atauro durante quatro anos, sete meses e sete dias... em Atauro era horrível, não havia comida...

Regressamos a Same, mas as pessoas de lá não nos aceitaram. Chamavam-nos batar fuhuk (milho estragado), diziam que éramos da Fretilin e não nos davam comida ...

O meu marido foi para o mato. Até hoje, ainda não sei se ele está vivo ou morto.”

Joana Pereira, de Quelicai, no distrito de Baucau, testemunhou o seguinte:

“O meu irmão mais velho, Pascoal Freitas, tinha a al cunha de Nixon, ainda estava no mato, com uma arma e envolvido no conflito com o exército indonésio...

A 29 de Agosto de 1981, o Quelicai Koramil (comando do exército indonésio ao nível do sub-distrito) disse-nos: “Quem ainda tiver família no mato tem de ser punido”. E, então, o Koramil fez uma lista de todos os nossos nomes... apenas mais tarde soube que íamos ser presos na ilha de Atauro, porque o Nixon ainda estava no mato. Nesse tempo, eu tinha 13 anos de idade e o Mateus tinha apenas 9 anos.

...no dia seguinte... o Quelicai Koramil levou -nos em direcção ao porto de Laga, guardados por quatro camiões armados,... e depois no dia 30 de Agosto... os

militares indonésios levaram-nos a nós e a outras famílias em direcção a Dili, no navio de guerra número 502...

A 1 de Setembro de 1981, fomos mandados para a ilha de Atauro, no navio de guerra número 511, às oito horas da manhã... quando chegamos lá, eu e o meu irmão fomos separados. Ele ficou na casa número 22, com 60 outras pessoas. Eu fiquei na casa 24, com mais 70 pessoas.

... Devido à distribuição de comida ser tão insuficiente, havia fome... Então, muitos morreram porque não havia comida suficiente. As pessoas de Viqueque e de Lospalos. Entre 2 a 5 pessoas morriam todos os dias, especialmente crianças e mulheres e homens idosos.

Eu fico muito triste quando falo sobre isto. A minha irmã mais nova morreu. A minha mãe e pai já não estão comigo. Estou muito triste... Sinto que isto foi resultado da guerra, nós sofremos pela terra de Timor. Peço à CAVR e ao governo que lembrem as pessoas que morreram em Atauro... registem os seus nomes”

A vila de Mauxiga, nas montanhas centrais de Ainaro, também sofreu imenso nessa altura. Na audiência pública sobre as Mulheres e o Conflito, realizada em Abril, Olga da Silva Amaral deu um testemunho emocionante. Nessa audiência, dois homens deram o seu testemunho sobre as actividades clandestinas contra o exército indonésio em Mauxiga, em Agosto de 1982, e a subsequente sanção. Abílio dos Santos Belo estava entre o grupo capturado e enviado para Atauro:

‘Os militares ordenaram -nos que entrássemos no barco. Aí, eu vi os meus irmãos e irmãs mais velhos, a minha mãe e a minha avó... Chegámos a Atauro a 1 de Setembro de 1982... não nos levaram para a prisão, porque todas as barracas estavam cheias... a temperatura era muito elevada, o que matou muitas crianças e pessoas idosas... nós continuamos na vila de Atauro... durante este aprisionamento em Atauro, sofremos imenso. Era difícil encontrar comida, medicamentos e roupas. Apenas recebíamos assistência do exército indonésio na forma de milho bolorento.. isso não era comida suficiente... três meses depois, a Cruz Vermelha Internacional entrou em Atauro. As nossas vidas começaram a melhorar... A Outubro de 1984, as pessoas presas em Atauro regressaram a Dili...’

António Pires fugiu para as montanhas, sendo mais tarde capturado pelo exército indonésio. Ele falou do castigo infligido na população civil:

‘Membros de... quatro aldeias foram... capturados, mesmo as crianças e os idosos. Estes foram levados para o Koramil, onde foram brutal e sadicamente torturados. Foram despidos completamente, agredidos com paus, queimados com pontas de cigarro, feridos com choques eléctricos, atados com cordas, pendurados numa árvore, mortos, esfaqueados com lanças, afogados na água, torturados debaixo do sol ardente, as mulheres foram violadas e outros, enterrados vivos.

Abílio dos Santos Belo concluiu:

‘Para a população de Mauxiga, 20 de Agosto de 1982 é um dia histórico, tal como Kraras e o 12 de Novembro. As pessoas de Mauxiga estão tristes. Por favor escrevam os nossos nomes e isso ajudará a curar as nossas feridas’

Através destes testemunhos perturbadores, a CAVR tomou conhecimento da extraordinária resistência praticada pelas comunidades. Espalhados nas montanhas sem comida e a fugir do exército indonésio, para muitos tornou-se evidente, perante o facto de terem de descer das montanhas e de se renderem, que tinham de se organizar numa resistência clandestina contra os militares indonésios. Parece também claro que quando o exército indonésio se apercebeu desses esforços, as populações civis acabaram por sofrer terríveis abusos de direitos humanos. Será função da CAVR examinar de quem é a responsabilidade pela ocorrência destes abusos.

É também sua função, difícil e desafiadora, a de examinar se, e até que ponto, as políticas e as práticas da resistência contribuíram para a existência de violações de direitos humanos.

Ajuda de emergência limitada e tardia

Os sobreviventes falaram da diferença nas suas vidas nos campos controlados pelo exército indonésio quando a Cruz Vermelha Internacional pode entrar e distribuir alimentos e medicamentos em 1979. Em Atauro, em campos em Metinaro, nos arredores de Dili, e em Lautem, no leste, testemunhas falaram sobre a importância desta assistência.

O Sr. Gilman dos Santos trabalhava na altura com a agência norte-americana *Catholic Relief Services*, a outra única agência internacional a operar em Timor. Este deu um testemunho valioso sobre a escala e a natureza da crise humanitária nesse tempo e sobre a capacidade limitada das agências de a resolverem. No decorrer do seu trabalho com o CRS, o Sr. Dos Santos viajou por todos os distritos de Timor e observou ele mesmo as condições de vida das comunidades e o papel desempenhado pelo exército indonésio.

‘Em 1979, o CRS chegou. A presença de organizações internacionais em 1979 veio na sequência da terrível situação de fome em todo o país. Esta assistência chegou um ano depois do relatório sobre a visita dos Embaixadores – imaginem, um ano depois, mas ainda foi útil. Nessa altura, nunca soubemos de ninguém das Nações Unidas a visitar o território, apesar de estarmos num imenso conflito

Eu quero dizer que a assistência humanitária que chegou veio tarde, mas ainda salvou muitas pessoas. Foi tardia porque Timor estava fechado. Nem mesmo civis indonésios sabiam o que se estava a passar aqui. Os jornalistas indonésios, ou os jornalistas internacionais, não podiam relatar sobre o que se estava a passar aqui. Nós não podíamos sequer telefonar para outras partes da Indonésia. Era muito fechado, muito fechado e vigiado de perto pelo exército indonésio. Devido a este controlo rigoroso, o CRS deixou Timor ao fim de cinco anos.”

O Sr. dos Santos disse que o CRS trabalhava sete dias por semana, muitas vezes entre 16 a 18 horas por dia nos primeiros seis meses da operação, na tentativa de fazer chegar alimentos às comunidades. Ele distribuiu alimentos aos “campos de concentração” e falou da atitude obstrutiva da maior parte dos militares.

‘Para viajar apenas entre Dili e Baucau, tínhamos de parar 13 vezes em cada um dos comandos de distrito e sub-distrito, para que verificassem os nossos documentos. Nós já tínhamos 26 assinaturas, mas eles queriam ainda mais... havia alguns militares que eram prestáveis, em Vemasse, por exemplo, e em Turiscai e Alas...

Para superar os problemas com os militares, nós dizíamo-lhes que os alimentos tinham vindo da América. Mostrávamo-lhes a bandeira dos EUA nos pacotes e os soldados indonésios tinham muito medo dos americanos. Ficamos surpreendidos com isto porque pensávamos que estes trabalhavam com eles... os soldados tiveram medo quando lhes dissemos que era da América...

Previamente o Sr. dos Santos tinha falado dos problemas de corrupção no exército em relação à distribuição dos alimentos financiados pelo governo:

‘Ouvíamos frequentemente, ou víamos com os nossos próprios olhos, os militares a vender a ajuda alimentar a lojas ou àqueles que a podiam pagar”.

Questionado pelo Presidente da CAVR, o Sr. Aniceto Guterres Lopes, se o CRS foi capaz de distribuir ajuda humanitária de um forma politicamente neutra ou se obedeciam a restrições, o Sr. dos Santos replicou:

‘O CRS apenas podia distribuir alimentos às pessoas a viver em áreas controladas pelas TNI. Não podíamos distribuir alimentos às pessoas nas montanhas. As TNI não queriam que fossem distribuídos alimentos às pessoas nas montanhas, porque pensavam que dessa maneira podiam forçá-los a descer e a renderem-se...

O Sr. dos Santos elogiou a ajuda dada pela Igreja timorense e, elogiou, em particular, o P.e Locatelli, de Fatumaca, que “deu uma grande ajuda na parte leste”.

Ao terminar a sua prestação, o Sr. Dos Santos fez uma reflexão:

‘Eu penso que as pessoas morreram de fome devido à guerra. Quando as pessoas fugiram para as montanhas depois da invasão, conseguiram arranjar a sua própria comida. Mas quando desceram das montanhas, as tropas indonésias impediram-nas de cuidar das suas hortas.’

O Sr. Pat Walsh, antigo Director da Secção de Direitos Humanos do *Australian Council for Overseas Aid (ACFOA)*, falou do clima internacional que se vivia nessa altura. No seu depoimento à CAVR, deu descreveu o contexto internacional face à crise em Timor, analisando a situação no terreno no âmbito das sensibilidades políticas de governos e de agências internacionais chave e das decisões e dos compromissos feitos em relação às responsabilidades humanitárias quanto ao sucedido. A sua análise detalhada dá uma leitura completa, sendo este relatório incapaz de resumir adequadamente o seu significado.

O Sr. Walsh salientou a importância de entendermos a fome dos finais dos anos 70, no âmbito de um contexto militar e político mais abrangente.

‘Nessa altura, a campanha da Indonésia para integrar Timor Leste estava a correr mal, tanto em Timor Leste, como a nível internacional. Devido sobretudo à brutalidade e à violência da intervenção do exército indonésio, um grande número de pessoas tinha fugido para as montanhas... apesar de possuir de ser em maior número e ter equipamento superior, a Indonésia tinha falhado em derrotar a Fretilin a nível militar. Este fracasso em assegurar uma conquista rápida e total e em ganhar os corações e as mentes dos timorenses foi rodeado de recuos diplomáticos a nível internacional, com o assunto a atrair a atenção das Nações Unidas, do Congresso americano e de outros fóruns internacionais. Isto era profundamente embaraçoso, tanto para Jacarta, como para os seus principais aliados, que tinham sempre sublinhado a importância de um controlo rápido com pouca visibilidade pública...’

O Sr. Walsh apontou a Austrália e os EUA como dois desses aliados no período em análise. Este também falou da reacção complexa por parte da Igreja católica:

‘Havia uma espécie de divisão de opiniões na Igreja católica em Timor Leste . Muitas pessoas em Timor Leste aderiram à Igreja e Dom Martinho Lopes e, depois, Dom Carlos falaram corajosamente pela população. Mas nas minhas visitas a Nova Iorque e ao Vaticano em 1980 e em visitas frequentes a representantes do Vaticano em Jacarta, ficou claro que as preocupações dos líderes locais da Igreja... eram subservientes ao que é conhecido nos estados-nação pelo interesse nacional. Ou seja, a Igreja estava preocupada com a sua relação com o Islão, em geral, e com a Indonésia, em particular.’

O Sr. Walsh referiu-se em detalhe a um relatório sobre a fome, que tinha escrito em 1979 para a *Action for World Development*, uma ONG australiana ligada à Igreja. O relatório foi adoptado pelo ACFOA, o órgão representativo de 100 ONG de desenvolvimento australianas.

O relatório conclui que os principais elementos que caracterizaram a crise em Timor Leste foram os seguintes:

- Um número elevado de mortos, devido à guerra, à má nutrição e às doenças;
- Deslocamento em massa de pessoas do interior para campos problemáticos e controlados pelo exército indonésio;
- Falta de capacidade da Cruz Vermelha indonésia – o único canal permitido para a ajuda internacional (além do pequeno programa da Igreja católica);
- Má utilização da ajuda.

O Sr. Walsh referiu que as estatísticas indonésias de defesa obtidas pelo ACFOA nessa altura mostravam que mais de 300.000 timorenses estavam a viver em campos controlados desde Dezembro de 1978. Este disse que “as agências australianas acreditavam que o embargo da ajuda externa era parte integrante de um embargo mais abrangente ao acesso de meios de comunicação independentes e de direitos humanos, destinado a manter a questão de Timor Leste fora do escrutínio público”

Ele referiu que:

‘O direito internacional humanitário reconhece que aqueles afectados por uma calamidade ou conflito armado têm direito a protecção e a assistência; define obrigações legais inerentes ao estado e às partes envolvidas de fornecer essa assistência ou permitir que esta seja providenciada, tal como de prevenir comportamentos que violem direitos humanos fundamentais... O que nos pareceu claro, porém, foi que os esforços da Indonésia de ajuda humanitária eram uma prioridade muito inferior à prioridade das operações militares e que não seria permitido às agências independentes intervir sem que a Indonésia tivesse atingido primeiro os seus objectivos militares.’

O Sr. Walsh falou do envolvimento do ICRC e do CRS, no final de 1979, altura em que o governo indonésio permitiu que estas duas agências entrassem em Timor. A tarefa que estas enfrentaram foi descrita, de forma dolorosa, num relatório do CRS, de Maio de 1979, dum visita a Timor Leste pelo seu Director de Programa, o Sr. Frank Carlin, um veterano a trabalhar há 14 anos na área humanitária na Ásia, citado pelo Sr. Walsh:

‘A situação observada pelo Sr. Carlin... era, em muitas localidades, de um imenso sofrimento humano devido à doença e à fome. As taxas de óbito eram altas. Aqueles em estado crítico não eram apenas os muito novos ou os muito velhos – normalmente os primeiros a sucumbir à doença e à fome. Muitas pessoas nos seus primeiros anos estavam a morrer. Havia um grande número de adolescentes e de jovens adultos em estado de marasmo, uma condição que os tinha reduzido a pouco mais do que esqueletos andantes... nessas localidades onde um grande número de pessoas tinha descido recentemente das montanhas, as condições eram das mais críticas que o Sr. Carlin tinha alguma vez encontrado...’

Reconhecendo que os esforços destas agências salvaram muitas vidas, o Sr. Walsh comentou:

‘A fome foi uma emergência complexa de primeira ordem, envolvendo não somente vidas humanas preciosas, mas também interesses poderosos significativos. O dilema das agências em causa foi o de como responder às obrigações humanitárias sem contribuir, ao mesmo tempo, para que a Indonésia a cumprisse os seus objectivos militares em Timor Leste.’

No final do seu depoimento, o Sr. Walsh avançou com um conjunto de conclusões e de recomendações para fomentar o processo de cicatrização nas comunidade e contribuir para que a população timorense e a comunidade internacional conheçam melhor o que aconteceu neste período.

‘Na formulação do relatório final, a CAVR falará à Indonésia e, claro, estamos todos muito conscientes do conflito actual no Aceh. O que aconteceu em Timor Leste na década de 70 e 80 não deve acontecer no Aceh em 2003. Se a Indonésia seguir o código de ética, então isto deve ajudar.’

Conclusão

A audiência pública sobre *A fome e o deslocamento forçado da população* foi formalmente encerrada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Prémio Nobel, Dr. José Ramos Horta. O Dr. Ramos Horta é membro da Comissão de Conselheiros da CAVR e aproveitou a oportunidade para expressar o seu apoio pessoal ao trabalho desenvolvido pela CAVR, pelo Governo e o Presidente. Este referiu que o estabelecimento da verdade era um passo crítico na

procura de justiça pelos crimes passados. Falou também dos esforços recentes da sua própria família em encontrar os restos mortais dos seus quatro irmãos, que morreram durante os anos da ocupação, e acrescentou que esta fase importante de reconciliação familiar era algo comum às pessoas em todo o país.

O Dr. Ramos Horta também falou da posição do Governo sobre a justiça para crimes passados. Este salientou os obstáculos de obter mais justiça e o fracasso do Tribunal ad hoc em Jacarta. Lançou ainda um desafio à comunidade internacional, na altura em que o Secretário Geral das Nações Unidas prepara um relatório sobre a situação da justiça em Timor Leste para o Conselho de Segurança. A sua mensagem foi a seguinte: a de nós em Timor Leste termos a consciência tranquila no que diz respeito a justiça, pois fizemos tudo o pudemos. Não pode ser esperado que Timor Leste lidere um processo em busca de mais justiça. Os que cometeram crimes em Timor e os que os apoiaram é que têm de examinar as suas acções. Cabe à comunidade internacional agir caso se procure ir mais além.

O período referente aos anos 70, após a invasão militar indonésia, está pouco documentado e não é entendido amplamente por aqueles que sofreram terrores e por os que estiveram envolvidos na campanha militar. A audiência pública foi parte de um processo que pretende esclarecer os acontecimentos num dos períodos mais complicados em termos de violações de direitos humanos em Timor Leste, no qual dezenas de milhares de pessoas morreram. Em dois dias, ouvimos testemunhos sobre as acções do exército indonésio, da resistência timorense em relação à invasão e dos governos e agências internacionais.

A CAVR tem o mandato de estabelecer a verdade sobre as violações de direitos humanos passadas que ocorreram durante este período. Nos anos, sob exame nesta audiência, deu-se, provavelmente, o mais alto número de mortes, em todos os 24 anos de ocupação indonésia. O direito à vida e à alimentação são direitos fundamentais enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A CAVR continuará a trabalhar para poder cumprir a sua função de reportar sobre as causas subjacentes destas violações, inclusive sobre as políticas e as práticas que as motivaram. A CAVR procura ajudar as comunidades a honrar a memória dolorosa deste sofrimento e daqueles que perderam as suas vidas. Ao entender-se as razões por trás do que aconteceu em Timor Leste durante este período, a CAVR espera poder contribuir para que a comunidade internacional não permita que acontecimentos semelhantes se repitam novamente, no futuro e noutros lugares.

Após dois dias de testemunhos sobre este período crítico na experiência da população timorense, são-nos deixadas as palavras dos sobreviventes e as imagens assombrosas das fotografias tiradas pelo fotógrafo australiano Peter Rogers, em Laga, em Outubro de 1979, expostas durante a audiência. A jovem menina de Laga, com os olhos grande e bonitos, olhando fixamente os olhos de alguém para além da máquina fotográfica, o seu corpo cansado é o testemunho do seu próprio sofrimento. O jovem homem de 20 anos, com a cabeça de um homem velho, de corpo frágil, a debruçar-se, usando toda a sua energia para se sentar num banco. Estas imagens e as palavras de Joana Pereira:

“... Fico muito triste quando falo sobre isto. A minha irmã mais nova morreu. A minha mãe e pai já não estão comigo. Estou muito triste... sinto que isto foi resultado da guerra, sofremos pela terra de Timor. Peço à CAVR e ao governo que lembrem as pessoas que morreram... que registem os seus nomes.”